

## O EDUCANDÁRIO EUNICE WEAVER COMO ESPAÇO DE ENCARCERAMENTO DA INFÂNCIA NA AMAZÔNIA (1942-1980)

### THE EUNICE WEAVER EDUCATIONAL INSTITUTE AS A SPACE OF CHILDHOOD INCARCERATION IN THE AMAZON (1942-1980)

Camilla Raphaelle Nascimento de Oliveira Miranda<sup>1</sup>

**Resumo:** O artigo analisa o papel do Educandário Eunice Weaver, inaugurado na década de 1940, no contexto das políticas segregativas da hanseníase na Amazônia, compreendendo a instituição não apenas como espaço de acolhimento da infância, mas também como um mecanismo de controle social. A pesquisa busca compreender como crianças saudáveis, separadas de seus pais doentes, foram submetidas a práticas institucionais que organizavam sua rotina, comportamento e formação, contribuindo para a manutenção da lógica do isolamento compulsório. Nesse sentido, procura-se entender de que forma esses mecanismos ajudaram a legitimar essa separação e quais impactos tiveram na vida e nas memórias desses sujeitos. A metodologia combina revisão bibliográfica, análise de documentos históricos e relatos orais de egressos e familiares que vivenciaram o Educandário, à luz das teorias de Erving Goffman e Michel Foucault sobre instituições totais e governamentalidade. Os resultados evidenciam que o Educandário funcionou como uma extensão simbólica e material dos hospitais-colônias, reproduzindo lógicas de disciplina, vigilância e exclusão. As crianças eram submetidas a rotinas supervisionadas e rígidas, além de um controle constante, o que influenciou diretamente suas experiências, suas subjetividades e a forma de enxergar o mundo. Conclui-se que o Educandário Eunice Weaver teve um papel importante na manutenção das práticas segregativas na Amazônia, deixando marcas afetivas e sociais que ainda persistem nas memórias das gerações atingidas.

**Palavras-chave:** Educandário Eunice Weaver; infância institucionalizada; hanseníase; Amazônia.

**Abstract:** The article analyzes the role of the Educandário Eunice Weaver, established in the 1940s, within the context of segregative leprosy policies in the Amazon, understanding the institution not only as a space for childcare but also as a mechanism of social control. The study seeks to understand how healthy children, separated from their sick parents, were subjected to institutional practices that structured their routines, behavior, and upbringing, contributing to the maintenance of the logic of compulsory isolation. In this sense, it examines how these mechanisms helped legitimize such separation and what impacts they had on the lives and memories of these individuals. The methodology combines a literature review, analysis of historical documents, and oral testimonies from former residents and family members who experienced the Educandário, in light of the theories of Erving Goffman and Michel Foucault on total institutions and governmentality. The results show that the Educandário functioned as a symbolic and material extension of the leprosaria, reproducing logics of discipline, surveillance, and exclusion. Children were subjected to supervised and rigid routines, as well as constant control, which directly influenced their experiences, subjectivities, and ways of perceiving the world. It is concluded that the Educandário Eunice Weaver played an important role in maintaining segregative practices in the Amazon, leaving emotional and social marks that still persist in the memories of the affected generations.

**Keywords:** Educandário Eunice Weaver; institutionalized childhood; leprosy; Amazon.

---

1. Mestra em História pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará.

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Ao longo do século XX, o combate à *lepra*<sup>2</sup> no Estado brasileiro estruturou-se a partir da política de segregação compulsória que reorganizou a vida de milhares de famílias afetadas. Na região Norte, esse processo adquiriu particularidades decorrentes da configuração territorial, da atuação limitada dos serviços de saúde, saneamento básico e da influência de instituições filantrópicas no campo da assistência. Foi nesse cenário que, em 1942, foi inaugurado o Educandário Eunice Weaver, uma instituição de saúde destinada a receber os filhos considerados saudáveis de pessoas internadas nos hospitais-colônias da Amazônia.

A materialização do Educandário Eunice Weaver, na Amazônia, não pode ser compreendida apenas como resposta médica ou assistencialista. Ela se inscreve em um momento histórico marcado pela expansão das ideias higienistas, pela consolidação de políticas públicas voltadas à modernização sanitária do país e pela crescente valorização de práticas institucionais como formas de gerir os sujeitos considerados vulneráveis. Nesse panorama, os descendentes dos pacientes com hanseníase passaram a ser tratados não apenas como parte do problema sanitário, mas percebidos como potenciais vetores da doença, ainda que saudáveis.

A dinâmica dos preventórios, mais tarde conhecidos como educandários, vinculados ao combate à hanseníase em outras regiões brasileiras, e especialmente na Amazônia, expressou a forma como o poder público e entidades médico-assistenciais buscavam solucionar as demandas epidemiológicas. Eles faziam isso por meio de estruturas voltadas à separação familiar, educação moral e proteção sanitária. O Educandário integrou um projeto institucional promovido pelo Governo Federal, seus estados e suas entidades assistenciais, civis, filantrópicas, entre outro constituindo-se

como uma peça importante na engrenagem da história da saúde brasileira.

Apesar da sua importância histórica, há poucos estudos sobre a instituição, seja pela escassez de documentos preservados ou pelo silenciamento das experiências dos sujeitos que ali viveram. Diante desse contexto, esta pesquisa propõe analisar o papel do Educandário Eunice Weaver, compreendendo-o não apenas como espaço de acolhimento infantil, mas como um dispositivo de controle social, no âmbito das políticas higienistas e sanitárias adotadas para o enfrentamento da hanseníase na Amazônia, entre os anos 1942 e 1980, período que abrange desde a inauguração da instituição até o fim da política de isolamento compulsório no Estado brasileiro. Ao situar a análise nesse intervalo histórico, busca-se compreender como tais mecanismos institucionais moldaram a subjetividade das crianças e legitimaram a separação forçada de seus familiares, evidenciando as dimensões afetivas, políticas e sociais desse processo.

## METODOLOGIA

Adota-se uma abordagem qualitativa, centrada na revisão bibliográfica, na análise de fontes documentais e relatos orais dos sujeitos ligados direta e indiretamente ao Educandário Eunice Weaver. A revisão bibliográfica mobiliza pesquisadores que discutem a história da saúde pública e as políticas de controle da hanseníase na Amazônia. Diante da ausência de documentos oficiais preservados sobre o Educandário Eunice Weaver no Pará, foram mobilizadas outras fontes históricas que possibilitam compreender o contexto histórico, social, médico e político no qual a instituição esteve inserida.

Nesse sentido, recorreu-se à análise de documentos institucionais, decretos e legislações da época, bem como aos regulamentos dos preventórios brasileiros, com o objetivo de circunscrever o

---

2. O termo *lepra* será utilizado como referência histórica, já que ele carrega uma conotação de estigma social e está diretamente relacionado aos documentos e contextos do período em estudo. A partir da promulgação da Lei Federal nº 9.010/1995, a terminologia oficial foi substituída por *hanseníase*.

objeto de estudo e assegurar o rigor metodológico, evitando interpretações anacrônicas, conforme orienta Bacellar (2008). Além disso, utilizou-se a História Oral como método da pesquisa, considerando reconstruções, esquecimentos, silenciamentos e dimensões emocionais das experiências atravessadas, conforme destaca Alberto (2005).

Os participantes foram selecionados com base em seu vínculo direto ou indireto com o Educandário Eunice Weaver e nas experiências relacionadas à política de isolamento compulsório e à institucionalização da infância. Considerou-se, ainda a disponibilidade e consentimento dos entrevistados para a participação na pesquisa. A seleção contou com o apoio do MORHAN (Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase) de Marituba, visando garantir a acessibilidade e a diversidade de perspectivas dos sujeitos envolvidos.

O recorte temporal abrange o período de 1942, ano de inauguração da instituição, a 1980, fim do período da política de isolamento compulsório no Brasil. Esta pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFPA, conforme as diretrizes da Resolução CNS nº 466/2012. O projeto recebeu parecer favorável, registrado sob o Número do Parecer: 7.959.680, autorizando a realização das entrevistas e demais procedimentos metodológicos previstos. Todas as etapas da investigação respeitaram os princípios éticos de autonomia, sigilo, voluntariedade e proteção à identidade dos participantes.

## DISCUSSÕES

A análise do Educandário Eunice Weaver como espaço de encarceramento da infância na Amazônia entre os anos 1942 e 1980 desvela como políticas de saúde públicas, oficializadas como medidas sanitárias, operaram, na prática, como mecanismos de controle social e disciplinamento dos corpos infantis. Embora a instituição de saúde fosse idealizada como espaço de assistência, acolhimento e cuidado para os filhos saudáveis de

pessoas afetadas pela hanseníase, sua dinâmica de funcionamento se aproximava de uma lógica carcerária, marcada pela disciplina constante, vigilância permanente, ruptura de vínculos familiares e sociais e moldagem comportamental orientada pelo movimento sanitarista.

O Educandário Eunice Weaver, no Pará, se insere no Plano Nacional de Combate à Lepra, defendido no governo de Getúlio Vargas, na década de 1930. Nesse sentido, o Educandário tornou-se um projeto institucional com forte articulação entre o Estado e suas teias interinstitucionais (entidades civis, públicas, privadas e filantrópicas), especialmente a Federação das Sociedades de Assistência aos Lázarus e Defesa Contra a Lepra (FSAL-DCL), presidida por Eunice Weaver, que deu nome à instituição no Pará.

Durante o Estado Novo, a política de isolamento compulsório consolidou-se como a principal estratégia estatal para o controle da hanseníase no país. Orientado pelos ideais higienistas que moldavam a saúde pública na época, o país buscava centralizar e padronizar as ações sanitárias. Nesse panorama, o Plano Nacional de Combate à *Lepra* estruturou um modelo de cooperação entre o Governo Federal e os estados, voltado à implantação de uma rede institucional capaz de enfrentar a doença de forma sistemática (Maciel, 2017).

Como resultado, foram construídos *leprosários* destinados ao confinamento dos doentes, dispensários voltados ao monitoramento de pessoas próximas aos pacientes e, por fim, preventórios, mais tarde denominados educandários, criados especificamente para acolher os filhos sadios de pacientes segregados. No campo das políticas da saúde pública brasileira, havia um consenso forte entre os leprologistas sobre a necessidade e eficácia do isolamento como medida de profilaxia da lepra.

O Relatório da 1ª Conferência Nacional de Saúde, em 1941, já enunciava as recomendações para os sujeitos que eram afetados direta e indiretamente pela doença. Para os filhos sadios, havia necessidade de serem “afastados dos pais doentes

e rigorosamente vigiados nos preventórios, com exames periódicos e atenção redobrada com instrução e educação”, explica a historiadora Laurinda Maciel (2017).

Em 1942, o relatório da II Conferência Nacional de Assistência Social aos Leprosos já sinalizava uma preocupação crescente com o destino dos filhos sadios de pais asilados em hospitais-colônias, ao formalizar orientações voltadas à infância institucionalizada. Essa perspectiva se consolidou em 1948; os médicos Nelson Campos e Luiz Bechelli passaram a destacar os preventórios como locais privilegiados para a observação empírica, a pesquisa e o monitoramento da doença, reforçando o papel dessas instituições na engrenagem das políticas sanitárias da época.

O Decreto nº. 16.300/1923, ao instituir a separação compulsória entre genitores e recém-nascidos e ao proibir a amamentação de mães doentes, inaugurou juridicamente uma lógica que causava a ruptura familiar que não se limitava apenas ao campo sanitário, mas se estendia ao disciplinamento dos corpos, afetos e vínculos. Contudo, essa primeira legislação não determinava o destino das crianças. Com o passar dos anos, a Lei nº 610/1949, que, ao reforçar a obrigatoriedade do afastamento, passou a sinalizar os preventórios como locais de acolhimento exclusivo para filhos sadios de pacientes afetados pela hanseníase, uma prática que já era consolidada em várias regiões brasileiras, como aponta Inhana Souza *et al.* (2022).

Na Amazônia, a política de segregação institucional adquiriu contornos ainda mais profundos devido à combinação entre a precariedade dos serviços de saúde e saneamento, fragilidade das políticas sociais e forte influência do campo da medicina voltada para a assistência e filantropia como aponta Schweickardt e Xerez (2015). Assim, a separação compulsória dos filhos de pais internados nos antigos *hospitais-colônias* do Norte do país não apenas atendia às prerrogativas médicas da época, mas também às expectativas da sociedade civil,

que associava hanseníase à degeneração moral e à ameaça à ordem pública.

Embora destinado a crianças consideradas “saudáveis”, o Educandário operava, na prática, como uma extensão simbólica dos próprios hospitais-colônias. Articulado sob a justificativa da assistência, proteção e prevenção da doença, essa instituição acabou por reproduzir a mesma lógica segregativa que marcou o isolamento compulsório de seus pais. Assim, muitas crianças foram confinadas e disciplinadas em um local que, ao mesmo tempo em que as reconhecia como vulneráveis, também as percebia como possíveis vetores de transmissão de uma doença estigmatizada no imaginário social.

Corroborando essa perspectiva, Lino e Souza (2022) criticam o modelo de “proteção” implementado em preventórios/educandários, estruturado no trinômio educação-trabalho-disciplina, evidenciando que tal organização não promovia o desenvolvimento integral dos egressos, mas operava como uma forma de violência estatal, expressa pelas ameaças à integridade física e emocional prejudicando o futuro dessas crianças. Nesse sentido, as memórias apresentadas pelos ex-internos permitem categorizar o Educandário como instituição total (Goffman, 2019), uma vez que sua organização espacial e a dinâmica institucional aproxima-se diretamente das práticas de governamentalidade analisadas por Michel Foucault (1987), configurando-o como espaço voltado à vigilância, à ordem, à normalização de condutas e à produção de sujeitos dóceis e úteis aos interesses institucionais.

Consequentemente, os impactos provocados pelo isolamento compulsório evidenciam memórias marcadas pela sensação de terem sido tratados como “prisioneiros do Estado e rejeitados pela sociedade” (Silveira, 2013). As narrativas dos egressos são atravessadas por sentimentos de abandono, medo e traumas. Também são evidenciadas, nas entrevistas, múltiplas formas de violências praticadas na instituição: desde práticas de alienação parental e exploração de mão de obra infantil até maus-tratos físicos e psicológicos. Mon-

teiro (1998) pontua que o desestímulo às relações familiares e vínculos afetivos era presente nesses ambientes.

Também se tornaram evidentes as consequências emocionais e identitárias devido à ausência de laços parentais na formação dessas crianças. As narrativas trazem uma dicotomia marcante: ao mesmo tempo em que predominam recordações de dor, medo e separação, surgem, de modo mais pontual, lembranças associadas a experiências afetivas, que geralmente são vinculadas às festas e celebrações religiosas, momentos de lazer na área externa e alguns funcionários lembrados por sua postura acolhedora. Ainda assim, a experiência traumática de afastamento compulsório de pais e filhos e a chegada ao Educandário são lembranças recorrentes daqueles que vivenciaram a institucionalização.

Os estudos de Flores reforçam a análise sobre as políticas segregativas das pessoas afetadas pela hanseníase no Brasil, destacando-as como uma grave de violação de direitos humanos. Nesse contexto, o autor evidencia a existência de uma tripla responsabilidade, a saber:

É importante apontar para a tripla responsabilidade do Estado: primeiro, em promover a separação; depois, em incentivar as crianças que se tornaram adultas a voltarem ao convívio dos seus pais, sem nenhum acompanhamento técnico que promovesse a reinserção social entre pais e filhos; por último, por não promover uma política nacional de preservação desses patrimônios e memórias. A separação familiar trouxe prejuízos incalculáveis para a vida dessas pessoas (FLORES, 2022, p. 203)

Em suma, o Educandário Eunice Weaver funcionou não apenas como local de acolhimento da infância, mas também como extensão dos hospitais-colônias construídos no Pará, voltado para um território de silenciamentos cujas infâncias foram sequestradas. A relevância desta investigação reside não apenas na denúncia das políticas de isolamento compulsório e das práticas institucionais, mas também no reconhecimento da memória dos

que sobreviveram e lutam para serem reconhecidos como sujeitos de direitos.

Destaca-se também as mobilizações do Movimento de Reintegração das pessoas atingidas pela Hanseníase (MORHAN) vêm buscando o reconhecimento das violações sofridas pelas pessoas que foram afetadas direta e indiretamente pelo contexto das políticas segregativas. Suas mobilizações contribuíram para a criação de redes de apoio, avanços legislativos e políticas reparatórias, como o pagamento das pensões indenizatórias para as vítimas afetadas pelo período pesquisado.

## CONCLUSÃO

A investigação sobre o Educandário Eunice Weaver entre 1942 e 1980 permite reconhecer que a institucionalização da infância de pessoas afetadas pela hanseníase integrou um projeto mais amplo de controle sanitário e social que marcou significativamente a história da saúde pública na Amazônia. Embora a instituição fosse apresentada nos discursos oficiais como um local de assistência, cuidado e proteção, cumpriu funções estruturais e institucionais diretamente ligadas à política de isolamento compulsório, reforçando a lógica de segregação, vigilância e exclusão social.

A ausência de documentos preservados sobre o Educandário expressa não apenas fragilidades arquivísticas, mas também processos de silenciamentos que dificultam a rememoração histórica da infância institucionalizada na Amazônia. Dado isso, a articulação de outras fontes históricas mostrou-se essencial para trazer à luz as trajetórias ocultadas pelos discursos sanitários do período. As memórias das pessoas que foram afetadas direta e indiretamente pela hanseníase, ainda atravessadas por marcas emocionais e psicológicas, permitem acessar dimensões subjetivas e intergeracionais que não aparecem nos documentos produzidos pelo Estado e suas teias interinstitucionais.

As práticas institucionais do Educandário Eunice Weaver, no Pará, como também em outras instituições congêneres espalhadas por várias re-

giões brasileiras, foram marcadas por violências múltiplas, como estruturais, físicas, psicológicas e simbólicas. O apagamento da identidade pessoal, os castigos corporais, o silenciamento das emoções e o controle da sexualidade foram mecanismos que se entrelaçavam na lógica de disciplinamento e normalização dos que foram submetidos a essa realidade. Em síntese, esta investigação busca contribuir na ampliação da produção historiográfica sobre a hanseníase na Amazônia ao trazer à tona experiências e narrativas que permaneceram por décadas invisibilizadas.

## REFERÊNCIAS

### FONTES

BRASIL. Decreto nº 16.300, de 31 de dezembro de 1923. Aprova o regulamento do Departamento Nacional de Saúde Pública; Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1930-1949/D19605.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D19605.htm). Acesso em 10 de novembro de 2025.

BRASIL. Lei nº 610 de 13 de janeiro de 1949. Fixa normas de profilaxia da lepra. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1940-1949/lei-610-13-janeiro-1949-366190-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 10 de novembro de 2025.

Relatório da I Conferência Nacional de Assistência Social aos leprosos, ocorrida no Rio de Janeiro de 12 a 19 de novembro de 1939. Disponível em: <http://www.hansen.bvs.ilsl.br>. Acesso em 10 de novembro de 2025.

Relatório da II Conferência Nacional de Assistência Social aos leprosos, ocorrida no Rio de Janeiro em julho de 1945. Disponível em: <http://www.hansen.bvs.ilsl.br>. Acesso em 10 de novembro de 2025.

### BIBLIOGRAFIAS

ALBERTI, VERENA. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: BASSANEZI, Carla Pinsky (org). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto 2008.

FLORES, Thiago Pereira da Silva. **Laços rompidos**: um estudo sobre a separação de pais e filhos na história da hanseníase. Belo Horizonte, 2022. 266 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

FLORES, Thiago Pereira; MEDEIROS, Regina de Paula. Do isolamento compulsório da hanseníase ao desafio do não esquecimento. **Conecte-se! Revista Interdisciplinar de Extensão**, Belo Horizonte, v. 7, n. 14, p. 184–206, 2023. DOI: 10.5752/P.2594-5467.2023v7n14p184-206. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/conecte-se/article/view/31634>. Acesso em: 1 abr. 2026.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: história da violência nas prisões. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. Trad. Dante Moreira Leite. São Paulo: Perspectiva, 2019.

MACIEL, Laurinda Rosa. **Em proveito dos sãos perde o lázaro a liberdade**. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense. RJ: 2007. Disponível em: [http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2007\\_MACIEL\\_Laurinda\\_Rosa-S.pdf](http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2007_MACIEL_Laurinda_Rosa-S.pdf). Acesso em: 18 de setembro de 2023

MONTEIRO, Y. N. Violência e profilaxia: os preventórios paulistas para filhos de portadores de hanseníase. **Saúde e Sociedade**. v. 7, n. 1, p. 3-26. 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/MPcGYrYBXfhqM8NSmkvR9Gk/?lang=pt>. Acesso em 25 de outubro de 2025.

PACHECO, Tatiana do Socorro Corrêa. **Infância, crianças e experiências educativas no Educandário Eunice Weaver em Belém do Pará (1942-1980)**. Belém, 2017. 248 f. Tese de Doutorado em Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Pará. Belém, 2017. Disponível em: <https://ppgedufpa.com.br/arquivos/File/Tatiana.pdf>. Acesso em 10 de setembro de 2025.

SCHWEICKARDT, J.C.; XEREZ, L. A hanseníase no Amazonas: política e institucionalização de uma doença: História, Ciências, Saúde - **Manguinhos** (Online), v. 22, p. 1141-1156, 2015.

SILVEIRA, Bruna. **Práticas sociais, memórias e vivências no combate à lepra: isolamento compulsório em asilos-colônia e preventórios brasileiros 1935 a 1986**. Minas Gerais, 2013 Dissertação de Mestrado em História Social, Universidade Federal de Uberlândia, Brasil.

SOUZA, Inhana *et al.* O “cárcere” dos inocentes: os preventórios para os filhos dos pacientes de hanseníase no Brasil. **e-cadernos CES** [Online], n. 37, p. 60-77, 2022

VILLAÇA, Michelle. Sob o mito da proteção: história oral da infância nos preventórios brasileiros. **LexCult: revista eletrônica de direito e humanidades**, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 76-93, [s. d.]. Disponível em: <https://lexcultccjf.trf2.jus.br/index.php/LexCult/article/view/633/406>. Acesso em: 31 mar. 2026.